



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público



Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 027/2023

Número de referência: CGE-PRC-2023/00002 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

UNIDADE: Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de acesso a ata da reunião na qual foi elaborado o parecer de assessores consultados pela FAPESP. Demanda não atendida. Provimento.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 027/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão informou que: *"a FAPESP dispõe de um serviço de atendimento voltado exclusivamente para atendimento às solicitações desta natureza, tais como modalidades de apoio, regulamentos, submissão de propostas, utilização de sistemas, andamento de processos, uso de recursos e prestação de contas, envio de sugestões e outros assuntos atendidos com uma equipe altamente qualificada."* Em recurso o órgão esclareceu os questionamentos do solicitante sobre a correção do despacho científico e não forneceu nenhuma informação acerca da ata de reunião solicitada.
3. No caso concreto em análise, verifica-se que o ente não disponibilizou o documento requerido e não indicou as razões de fato ou de direito para tanto ou comunicou que não possui a informação, conforme determina a legislação vigente.
4. Instado a se manifestar o órgão quedou-se silente.
5. Deve-se consignar que o direito a acesso a informação se reflete em um dever positivo da administração pública, que consiste não apenas em receber as manifestações, mas também em respondê-las, ainda que para afirmar a eventual impossibilidade do acesso às informações pleiteadas, a inexistência do dado ou informar novamente que não tem competência ou não é o canal correto. Nesse sentido, pode-se inferir que o silêncio do órgão público equivale a uma resposta negativa, e imotivada, à demanda efetuada, além de não seguir o procedimento previsto na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à informação – LAI e das disposições do Decreto estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012.
6. Considerando que o órgão não forneceu o documento solicitado, nem indicou as razões de fato para a negativa do atendimento da demanda, **conheço do recurso**, e no mérito, **dou provimento**, com fundamento no artigo 11, §1º, II, da referida Lei Federal nº 12.527/2011 e no artigo 20, inciso I, do aludido Decreto nº 58.052/2012.

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 16 de janeiro de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público